

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LOURES

MANDATO 2017-2021

1ª Reunião de 3ª Sessão Ordinária

27 de setembro de 2019

[Handwritten signatures and initials]
RP

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Loures, no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, convocada nos termos legais, através do Edital 07/2019, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Período de Intervenção do público

- Período Antes da Ordem do Dia

- Período da ordem do Dia

1. Apreciação, discussão e votação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária de 2019 datada de 29-03-2019;
2. Apreciação, discussão e votação da Ata da 1ª Sessão Ordinária de 2019 datada de 26-04-2019; ----
3. Apreciação, discussão e votação da Ata da 2ª Sessão Ordinária de 2019, datada de 28-06-2019; ----
4. Apreciação e votação da Proposta nº 128/2019 da Junta de Freguesia de Loures, datada de 09-09-2019 – Transferência de Competências a 01 de janeiro de 2020, nos termos da alínea b), do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do D.L. nº 84/2019, de 28 de junho; -----
5. Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia no período de 01/06/2019 a 31/08/2019, conforme disposto na alínea e), do nº 2 do artigo 9º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Presidente da Assembleia iniciou a sessão verificando o quórum, registando-se as seguintes presenças:

CDU – Coligação Democrática Unitária

- Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme
- Ricardo Jorge Martins Preto
- Sérgio Manuel Pratas
- Joana Figueiredo Santana
- Maria Luísa Marques Plácido Malhão, em substituição de Maria do Carmo Simões dos Santos

- Augusto do Nascimento Ferreira
- João Nunes Cardoso, em substituição Ivan Martins Gomes

PS- Partido Socialista

- Sandra Carla Salgueiro da Cruz Jesus
- Fernando Manuel Moreira Lopes
- Jorge Manuel Firmino Batista
- Telma Sofia Mendes Gonçalves Delgado
- Emídio Manuel Marques de Almeida
- Maria Elvira Teixeira Bispo Ferreira, em substituição de Américo Rui do Ouro Argáinha Almeida

PSD – Partido Social Democrata

- Ana Paula Franco Damil
- Diogo Ferreira dos Santos
- Manuel António Roque Figueiredo, em substituição de Maria Isabel Gomes Antunes Faustino
- Frederico José da Silva Fernandes
- Gonçalo Jorge Aleixo Nunes

BE – Bloco de Esquerda

- António José da Silva Baião da Costa

Verificando-se a presença de dezanove eleitos e a existência de quórum, a Presidente da Assembleia de Freguesia Ana Paula Franco Damil, acompanhada por Maria do Carmo Guilherme, e por Ricardo Jorge Martins Preto, respetivamente primeira e segundo secretários da Mesa, deu início à sessão com o "Período de Intervenção do Público". -----

Usou da palavra o munícipe João Resa que colocou várias questões, nomeadamente a necessidade de fixar um espelho na EN em Sete Casas e a importância do uso de capacete nas trotinetas utilizadas na Semana da Mobilidade. Sobre matérias de gestão do município questiona a Junta de Freguesia sobre a opção de contratar serviços para o corte de ervas, assim como para a aplicação do herbicida, a celebração de contrato para a iluminação de Natal, a intervenção da Junta de freguesia na reparação

dos acessos às garagens no Infantado e solicita informação sobre a recolha de monos através do Contrato Interadministrativo. -----

Para responder, interveio em seguida a Presidente da Junta de Freguesia, que começou por informar que tomou em devida nota o pedido de fixação do espelho, assim como irá averiguar a eventual existência de obrigatoriedade de uso de capacete nas trotinetes durante a Semana da Mobilidade. Sobre a aplicação de herbicida informou que não está a Junta de Freguesia habilitada para o efeito, tendo que contratar serviços. Informou ainda que relativamente à contratação da iluminação de Natal ela terá que se realizar com muita antecedência. Antes de passar à Vogal Cristina Capitão informou que a intervenção nos acessos das garagens no Infantado foi feita ao abrigo do Contrato Interadministrativo celebrado com o Município. -----

Continuando a dar resposta ao munícipe interveio a vogal Cristina Capitão para explicar que o Contrato Interadministrativo de Recolha de Resíduos é um contrato de colaboração e não de substituição e que os SIMAR continuam a proceder à recolha de resíduos de acordo com os pedidos da Junta de Freguesia. Informou ainda que até 31 de agosto a Junta de Freguesia depositou 118 toneladas de resíduos. -----

Por último, informou que o herbicida que está a ser aplicado na freguesia está autorizado pela DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção do público a Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia, tendo dado a palavra, em primeiro lugar, ao eleito Jorge Batista do PS para uma reflexão sobre questões ambientais. Numa retrospectiva, destaca passos dados pela humanidade quanto à consciência ambiental e os avanços da ciência na abordagem destas matérias. Realçou a associação entre a melhoria das condições de vida da população mundial e as preocupações sobre a escassez de recursos e a degradação ambiental, destacando as respostas dadas nas últimas décadas pela ciência e a pela gestão pública que resultaram em melhorias extraordinárias. Sugere que se observe os números e os dados concretos sobre os avanços que têm sido dados e sugere que se valorize os resultados junto às novas gerações, contrariando as visões pessimistas sobre o futuro. Refere ações que contribuíram para contrariar impactos negativos, nomeadamente a reflorestação, a utilização de energias renováveis, os sistemas fotovoltaicos, a biomassa, a evolução do tratamento dos resíduos, a melhoria da qualidade da água para o consumo humano, tudo melhorias que transformaram as condições de vida. Considerou importante a transmissão de uma mensagem positiva para as novas gerações e, citando o Secretário-Geral das Nações Unidas, refere a importância de mais ações e menos conversa. -----

Em seguida, usou da palavra a eleita Sandra Jesus para solicitar o ponto da situação das obras do estacionamento da Mealhada. Refere ainda que as obras da Rua da República, na passagem para invisuais termina junto a uns pilaretes que podem constituir um perigo, sugerindo a análise técnica da situação. Chama a atenção para a rotunda do monumento do 25 de Abril onde se verifica a rega em

pleno dia e quando se regista temperaturas mais elevadas, o que revela uma má gestão do consumo de água para a rega. -----

A eleita Sandra Jesus chamou, ainda, a atenção para a falta de espaço para paragem e estacionamento junto ao Jardim de Infância e Escola Básica em Montemor, originando a dificuldade dos pais dos alunos. Ainda em Montemor refere as deficientes condições de circulação automóvel que nos períodos de início e fim de aulas provoca o caos no trânsito junto ao colégio Monte Maior, referindo que a autarquia deveria estudar uma solução para aquele problema. -----

Por último, solicitou à Junta de Freguesia que no próximo ato eleitoral, retire a propaganda eleitoral junto das mesas eleitorais conforme prevê a Lei. -----

O eleito Fernando Lopes do PS pediu a palavra para abordar também a temática do ambiente, referindo a frase de Barack Obama, quando disse que esta geração poderá ser a primeira geração a sofrer os impactos das alterações climáticas e a última que terá a hipótese de intervir. Sugeriu à Junta de Freguesia que desenvolva ações de sensibilização junto das Associações, para que estas deixem de usar plásticos nas suas divulgações, como os pendões. -----

Pediu em seguida a palavra a eleita Joana Santana que, ainda sobre as questões ambientais, refere que face à crise ambiental e de biodiversidade o grande problema é negar as evidências, considerando que as lutas geracionais não levam a lugar nenhum. Sugere que a análise deste problema seja focada nas suas origens e causas como o modelo económico e o apelo ao consumo. Refere que as soluções terão de ser encontradas a nível global, através de novas políticas e uma regulação mais eficaz, questionando o papel dos Estados. -----

A eleita Joana Santana coloca em seguida algumas questões ao Executivo, nomeadamente, o balanço sobre as atividades dos tempos livres e sobre as perspetivas que ficaram para o futuro. Solicitou depois informação sobre as intervenções efetuadas nas Escolas durante a paragem letiva que visassem o seu bom funcionamento e por último solicita informação sobre a intervenção na Praça de Timor. -----

A Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra ao eleito Manuel Figueiredo do PSD que, referindo-se igualmente às questões ambientais, destaca as boas práticas da empresa Hovione, localizada na Freguesia e que pela sua política de preservação ambiental tem vindo a ser galardoada pelo Município, destacando esta empresa como exemplo e bandeira do concelho nesta matéria. -----

Relativamente aos assuntos para o Executivo, o eleito Manuel Figueiredo refere que o abrigo dos transportes públicos da Avenida Carlos Teixeira continua sem os resguardos devidos e pede mais pressão ao Executivo para a resolução da situação. Refere depois que a opção dos SIMAR para os novos contentores do lixo reciclável, com uma abertura insuficiente, constitui uma opção péssima porque leva a que as pessoas, em protesto, deixem o lixo fora dos contentores, logo, facilmente espalhado pelo vento, originando sobrecarga para os trabalhadores da limpeza urbana. -----

Reitera e apela ao Executivo maior intervenção dos serviços competentes para se alterar a passeadeira no cruzamento da Rua da República e a Rosa Bastos, em Loures, já que, por falta de visibilidade qualquer condutor pode provocar um atropelamento. Como bom exemplo, refere a solução junto às Finanças, com desvio da via. -----

A Presidente da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta que começa por referir o acompanhamento que está a ser feito às obras na Rua da República e à sua evolução, destacando que a Junta chamará a atenção para eventuais erros de execução. Sobre a rotunda do Monumento do 25 de Abril informou que, desde o início da instalação do monumento que a gestão do espaço verde passou para a Câmara Municipal. Quanto à Escola Básica de Montemor informou que está em curso um estudo sobre soluções alternativas para a entrada das crianças, já que está identificado um problema com a falta de permissão do titular do terreno contíguo à Escola. -----

Quanto aos problemas de tráfego junto ao Colégio Monte Maior, a Presidente do Executivo esclareceu que está, igualmente, a ser estudado com a Câmara Municipal medidas para a situação, que possam dar resposta ao crescimento significativo que se verifica no Colégio. -----

Sobre a propaganda política a Presidente da Junta informou que a sua retirada junto das mesas eleitorais é da responsabilidade dos Partidos Políticos. -----

Foi registada a sugestão para que o Executivo desenvolva ações de sensibilização e informação junto das associações e coletividades da Freguesia para que alterem algumas práticas, nomeadamente, a utilização de pendões de plástico para divulgar as suas atividades. -----

Sobre as intervenções nas seis Escolas Básicas a Presidente da Junta informou que, apesar de no período de pausa letiva ser habitual efetuar-se diversas reparações, esta competência exige um trabalho e atenção continuo durante o ano. Acrescenta que o projeto “serenamente” correu muito bem com a satisfação dos pais e com bons resultados junto das crianças, tal forma que o projeto será alargado ainda este ano. -----

Para continuar a responder às questões levantadas pelos eleitos, a Presidente da Assembleia deu a palavra à vogal Cristina Capitão que começou por informar que o terreno onde se vai executar o estacionamento na Mealhada está a ser objeto de levantamento topográfico para estimar a movimentação de terras e que o procedimento de adjudicação será aberto nos próximos dias. Sobre as intervenções nas Escolas acrescenta que no corrente ano todas as Escolas tiveram reparações nos Parques Infantis, com exceção da Escola do Infantado e da Mealhada. -----

Acrescenta que, segundo informações da Câmara Municipal está em curso a adjudicação de várias reparações nos abrigos dos transportes públicos. -----

A Vogal Cristina Capitão informou depois que a passeadeira entre a Rua da República e o Parque Rosa Bastos já foi alvo de visita com os técnicos municipais que já alteraram a sinalização vertical da mesma

e que, apesar da velocidade permitida naquela via, devesse diminuir o risco de acidente ou atropelamento, estão a estudar solução para prevenir futuros acidente. -----

Por último informou que está agendada reunião e visita à Freguesia com os SIMAR onde poderá colocar a questão dos novos contentores. -----

Em seguida o Vogal Pedro Vieira usou da palavra para informar que o Programa de Tempos Livres, conforme está descrito no Relatório de Atividades do ponto seguinte, correu muito bem, com 197 crianças inscritas nas duas semanas, cujo programa contemplava ações diversificadas, nomeadamente praia, atividades desportivas nas Associações da Freguesia, uma tarde no Parque Municipal de Cabeço de Montachique e uma visita à Escola da Polícia Judiciária. -----

Não havendo mais questões, a Presidente da Assembleia deu início à Ordem do Dia, com o 1º ponto - Apreciação, discussão e votação da 1ª Sessão Extraordinária de 29 de março de 2019. -----

A Presidente da Assembleia começou por referir que os eleitos da CDU Sérgio Pratas e João Cardoso não podem votar, assim como os eleitos do PSD Diogo Santos e Frederico Fernandes dado estarem ausentes na data da reunião. -----

A eleita Sandra Jesus do PS pediu a palavra para propor que as Atas não incluam as intervenções do público, assim como, propôs que não sejam incluídas os esclarecimentos dos técnicos. -----

Face a estas questões a Presidente da Assembleia propôs 15 minutos de intervalo para análise das bancadas. -----

Retomando os trabalhos, o eleito Sérgio Pratas pediu a palavra para evocar o Regimento da Assembleia de Freguesia, aprovado unanimemente. Lembra que o Regimento prevê expressamente a inclusão na Ata de “intervenções do público (...) as respostas dadas, manifestando a opinião da CDU em manter-se o cumprimento do Regimento. -----

Interveio em seguida o eleito do BE, António Baião, fundamentando igualmente no Regimento a sua opinião de se manter a referência aos pedidos de informação do público e respetivas respostas. -----

O eleito Gonçalo Nunes do PSD reforça o papel da Ata que, mesmo no caso de litígio pode constituir meio de prova, considerando que quanto mais completa a Ata for melhor. -----

Na mesma linha o eleito Diogo Santos do PSD, propôs que o PS, se o entender, possa formalizar a sua proposta para análise da Assembleia na próxima reunião e que se deveria votar as Atas elaboradas de acordo com o Regimento. -----

O eleito Jorge Batista pede novamente a palavra para reiterar a sustentação da proposta do PS embora perceba a fundamentação das posições dos outros partidos. Assim, concordando que se mantenha o previsto no Regimento sugere que se registre em Ata simplesmente o nome e o assunto colocado pelo munícipe. -----

A Presidente da Assembleia aproveitou para partilhar com os eleitos o esforço da Mesa em reduzir as Atas, sugerindo que se vote a aprovação das Atas, conforme a Ordem de Trabalhos. -----

O eleito António Baião do BE solicita ainda a palavra para referir que as Atas não se destinam só à consulta dos eleitos, mas qualquer pessoa pode e deve ter acesso aos documentos. E por isso não dá grande relevância ao esforço de reduzir as Atas. -----

Para transmitir a posição da CDU o eleito Sérgio Pratas reitera que a Lei e o Regimento definem a Ata como um resumo do essencial se passe nas Sessões e que sobre isso não pode haver alteração. Segundo o eleito, a bancada da CDU não concordará com qualquer proposta de alteração do Regimento. -----

Entrando no **2º ponto da Ordem do Dia**, a Presidente da Assembleia pôs em seguida à votação a **Ata da 1ª Sessão Ordinária de 2019**, de 26 de abril, lembrando que os eleitos Sérgio Pratas da CDU, Telma Delgado, Emídio Almeida e Elvira Ferreira do PS, e Ana Paula Damil, do PSD não poderão votar por se encontrar ausentes. -----

A Ata foi aprovada com 14 (catorze votos), com uma proposta de alteração do eleito Jorge Batista do PS a uma das suas intervenções. -----

Entrando no **3º ponto da Ordem do Dia**, foi posta à votação a **Ata da 2ª Sessão Ordinária de 2019**, de 28 de junho que foi aprovada com 12 votos a favor, não tendo votado os eleitos Maria do Carmo Guilherme, João Cardoso e Luísa Malhão da CDU, assim como os eleitos Telma Delgado, Emídio Almeida, Elvira Ferreira e Fernando Lopes. -----

A Presidente da Assembleia de Freguesia dá, em seguida, início à discussão do **ponto nº 4 da Ordem do Dia - Apreciação e votação da Proposta nº 128/2019 da Junta de Freguesia de Loures, datada de 09-09-2019 – Transferência de Competências a 01 de janeiro de 2020**. -----

Pede a palavra o eleito do PSD, Diogo Santos, para pedir um esclarecimento ao Executivo sobre o que está já a ser negociado entre o Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, nomeadamente, sobre os instrumentos financeiros. Questiona se os recursos financeiros afetos às competências serão suficientes para o seu exercício. Questiona, ainda, quais serão as consequências de não se aceitar as competências já em 2020 e se no caso de se avançar para o exercício só em 2021, se haverá melhores condições negociais ou não. -----

Usa depois a palavra o eleito Sérgio Pratas para afirmar que a CDU é a favor do processo de descentralização e que o Município de Loures é um exemplo nacional, já que foi pioneiro nesta linha de trabalho há muito e sempre foi dos Municípios que mais delega competências nas Freguesias com os mais elevados recursos financeiros comparados com outros. Reafirma que o Município de Loures, neste mandato tem mais competências delegadas nas Freguesias que o Decreto Lei 57/2019 prevê através dos Contratos Interadministrativos. -----

Com base nesta realidade defende que não há razão de apressar o processo se temos já o exercício pleno das competências pelas Freguesias no concelho e nas condições previstas no Decreto Lei. Afirmo que a CDU irá votar a favor da proposta do Executivo. -----

Usou da palavra, em seguida, o Tesoureiro do Executivo, José Manuel Monteiro, referindo pormenorizadamente que o que está definido no Decreto-Lei 57/2019, corresponde exatamente aos termos do Acordo de Execução negociado e unanimemente votado a favor por todas as Freguesias em abril de 2018. Todas as competências delegadas que passarão a ser competências próprias, são já hoje exercidas pelas Freguesias com um pacote financeiro que há um ano as Freguesias votaram favoravelmente e que ronda os nove milhões de euros. Havendo os recursos afetos, julga não haver razão para antecipar a assunção de competências, prejudicando eventualmente o processo negocial. --

A Presidente da Assembleia dá em seguida a palavra ao eleito Jorge Batista que informa que o PS irá votar contra a proposta, pelas mesmas razões que a CDU e o Executivo propõem votar a favor. Questionou a razão pela qual se pretende adiar a assunção das competências se está tudo operacionalizado e com experiência no terreno do exercício das competências. -----

Usou depois a palavra o eleito Sérgio Pratas para clarificar que até ao exercício das competências falta o processo de negociação para acordar o pacote financeiro. -----

Da bancada do PSD, o eleito Diogo Santos interveio para manifestar a importância de refletir neste quadro, lembrando que o orçamento da Freguesia é financiado na sua maioria pelas transferências municipais. Sem elas, considera que a Junta de Freguesia não teria meios senão para manter o edifício aberto e passar atestados. Insiste na questão já colocada sobre o ponto de situação das negociações com a Câmara Municipal. -----

Depois dos eleitos Sérgio Pratas e o Tesoureiro do Executivo, José Manuel Monteiro reiterarem as suas posições, usou da palavra o eleito Manuel Figueiredo do PSD, para questionar o Executivo sobre a repulsa em aceitar já as competências próprias. Considera que se adiarmos a assunção de competências para 2021, poderia ficar a negociação sobre os recursos financeiros condicionada ao orçamento municipal. -----

Para responder usou da palavra o Tesoureiro do Executivo para esclarecer que a, de acordo com a Lei, que a negociação é iniciada após a assunção das competências até ao prazo de 60 dias e que, em todas as situações a negociação será efetuada em sede do orçamento do Município, como foram todos os Protocolos. -----

No seguimento das intervenções anteriores, usou depois da palavra o eleito Diogo Santos do PSD, que realça a importância da iniciativa da Junta de Freguesia para diversificar as suas fontes de financiamento, sugerindo a aplicação de medidas previstas no programa do PSD, nomeadamente a valorização do

